

Acessibilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB: repensando os processos inclusivos do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024)

Jacqueline de Castro Rimá (IFPB) - jacquelinerima@gmail.com

Juliana Silva Paiva (IFPB) - ju.1706@gmail.com

Cristhiane Kelen de Araújo Maciel Guerra (IFPB) - cristhiane.guerra@gmail.com

Valmira Perucchi (IFPB) - vperucchi2@yahoo.com.br

Resumo:

As instituições de ensino são locais destinados a atender todas as pessoas, sem distinção, e por isso precisa ser um espaço inclusivo. Nessa perspectiva estão inseridas as pessoas com deficiência, objeto de discussão e análise do trabalho "Acessibilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB: repensando os processos inclusivos para o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024)", que traz uma abordagem acerca do Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019) do IFPB. O objetivo central é analisar o PDI institucional vigente bem como as legislações existentes e propor melhorias para o próximo PDI (2020-2024). O trabalho configura-se como uma pesquisa documental e bibliográfica que propõe como resultado, novas ações de inclusão e acessibilidade para comunidade em geral e bibliotecas (unidades de informação) do IFPB.

Palavras-chave: *Acessibilidade. Biblioteca - Acessibilidade arquitetônica. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Ações de inclusão.*

Eixo temático: *Eixo 2: Não devemos deixar ninguém para trás*



XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação Vitória, 01 a 04 de outubro de 2019.

1 Introdução

Um Brasil com acessibilidade é o que precisamos construir em um sentido mais amplo do conceito, é o que afirma a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ela também esclarece que “não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos serviços, no meio físico, na informação” (BRASIL, 2012). Nessa pesquisa analisamos a acessibilidade com foco no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento que define a missão da instituição e aborda as estratégias traçadas para atingir suas metas e objetivos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), de acordo com os dados do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) de abril de 2019, mantém em seus 22 *campi* incluindo os campi em implantação o total de sendo 1.281 alunos declarados com deficiência. Entendemos que esse número significativo, muda o perfil da instituição e gera a necessidade de adequá-la da melhor maneira possível, partindo do processo de identificação desses discentes até a sua permanência.

Mediante os números expostos, a escolha pelo tema se justifica por considerarmos importante, enquanto profissionais da informação e/ou gestor de biblioteca, diagnosticar se a Instituição está preparada no que diz respeito à acessibilidade, assim como preconiza no seu PDI, para receber esses alunos com deficiência. Nossa hipótese, mediante observação empírica e conversas informais no âmbito profissional e social, nas quais é comum ouvir “Eu não me sinto preparado (a) para receber usuários com deficiências”, é de que o IFPB está em processo de adequação para receber esses alunos com deficiência.

A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência define as pessoas com deficiência como,

aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2012, p.26).

Assim, é **objetivo geral** deste trabalho analisar aspectos evidenciados no PDI/IFPB (2015-2019) e destacar a legislação sobre a acessibilidade bem como propor novas metas para o PDI (2020-2024). E os seguintes **objetivos específicos**: Conhecer a realidade das Bibliotecas do IFPB sobre acessibilidade; e propor para o PDI/IFPB (2020-2024) ações de acessibilidade às suas Bibliotecas e para comunidade em geral. Apresentamos na próxima seção a metodologia utilizada para um melhor entendimento e compreensão do percurso da pesquisa.

Método da pesquisa

A construção de um trabalho científico exige uma metodologia que oriente a trajetória da investigação. O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica – instrumento importante para o encaminhamento da pesquisa e para a

produção de novos conhecimentos (LAKATOS, 2011) e documental, uma vez que o seu uso em várias áreas das Ciências proporciona ampliar o conhecimento de situações.

[...] a diferença essencial entre ambas [bibliográfica e documental] está na natureza das fontes: enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, a documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas de acordo com os objetos de pesquisa. (OLIVEIRA, 2011, p. 39).

Isto posto, a pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de consulta a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Já a documental, foi realizada em: consulta aos dados dos 10 *campi* do IFPB que possuem Bibliotecas cadastradas no sistema do Censo da Educação Superior (CENSUP); PDI/IFPB (2015-2019), com ênfase nas legislações nacional elencadas; e nas resoluções internas aprovadas pelo Conselho Superior do IFPB mediante ao que foi apresentado no PDI/IFPB do período – **Legislações Nacional** (Lei 12.764/12; Decreto nº 7.611/11; Decreto nº 5.626/05; Decreto nº 5.296/04; Lei nº 10.436/02; Lei nº 10.098/00; Lei nº 9.394/96) e **Resoluções internas do IFPB** (Resolução nº 139/2015; Resolução nº 240/15; Resolução nº 245/15).

As referidas legislações e resoluções serviram como fundamentação para análise e discussão dos dados, bem como para propositura de sugestões de ações para comunidade em geral e para bibliotecas do IFPB.

Resultados e Discussão

O **Quadro 1**, conforme um dos objetivos específicos, apresenta breve resumo sobre a acessibilidade (arquitetônica ou física, de conteúdo, e tecnológica) oferecida aos usuários pelas 10 bibliotecas do IFPB.

Quadro 1 – Acessibilidade nas Bibliotecas do IFPB

Acessibilidade <i>Campus</i>	Acessibilidade Arquitetônica ou Física	Acessibilidade de Conteúdo	Acessibilidade Tecnológica
Cabedelo	Sim	Sim	Não
Cajazeiras	Sim	Não	Não
Campina Grande	Sim	Sim	Sim
Guarabira	Sim	Sim	Sim
João Pessoa	Sim	Sim	Não
Monteiro	Sim	Sim	Sim
Patos	Sim	Sim	Não
Picuí	Sim	Não	Não
Princesa Isabel	Sim	Sim	Sim
Sousa	Sim	Sim	Sim

Fonte: BRASIL (2017) - Dados do CENSUP/IFPB 2017.

Identificamos no **Quadro 1** que 8 (80%) oferecem acessibilidade de conteúdo e 5 (50%) disponibilizam acessibilidade tecnológica. Ainda, considerando que todas as bibliotecas dispõem de algum tipo de acessibilidade arquitetônica, apresentamos no **Quadro 2** seus dados detalhados.

Quadro 2 - Acessibilidade arquitetônica ou física

Acessibilidade Biblioteca	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
Cabedelo	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Cajazeiras	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
Campina Grande	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não

Guarabira	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
João Pessoa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Monteiro	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Patos	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Picuí	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Princesa Isabel	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Sousa	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim

Legenda sobre tipo de acessibilidade arquitetônica ou física segundo sistema CENSUP (2017): (A) Banheiros adaptados; (B) Bebedouros e lavabos adaptados; (C) Entrada/saída com dimensionamento; (D) Equipamento eletromecânico (elevadores, esteira rolantes, entre outros); (E) Espaço para atendimento adaptado; (F) Mobiliário adaptado; (G) Rampa de acesso com corrimão; (H) Sinalização tátil; (I) Sinalização visual; (J) Sinalização sonora; (K) Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual.

Fonte: BRASIL (2017) - Dados do CENSUP/IFPB 2017.

Os dados acima apresentam a Biblioteca Nilo Peçanha - *Campus* João Pessoa como a mais acessível, com índice de 91% de oferta dos critérios elencados, seguida do *Campus* Sousa (82%) e Patos (64%). Em uma análise individual por critérios, observamos que os três maiores índices das bibliotecas são: (80%) ofertam banheiros adaptados, (70%) possuem sinalização visual e (60%) entrada/saída com dimensionamento. Paralelamente verificamos que o "calcanhar de Aquíles" de (90%) das bibliotecas é a ausência de equipamentos eletromecânicos e de sinalização sonora, e para (70%) delas a ausência de rampa de acesso com corrimão.

No **Quadro 3**, elaborado com base no item "**10.1 O plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário**" do PDI/IFPB (2015-2019), no qual aborda 08 ações em seu planejamento, apresentamos com base no previsto pela legislações nacional, sugestões de ações que visam contribuir e melhorar a efetivação dos objetivos propostos de forma a intervir positivamente contexto educacional para o aprimoramento em benefício as pessoas com deficiência que fazem parte do IFPB.

Quadro 3 – Propostas de ações de acessibilidade para o PDI/IFPB (2020-2024)

Decreto/lei	Ação (Sugestão) – Comunidade no geral	Ações para unidades de informação/Bibliotecas do IFPB
Lei 12.764/2012	Promover um diálogo constante entre muitas áreas e pessoas: família, escola, professores, médicos, terapeutas e a própria pessoa com deficiência. Incluir o NAPNE para fazer essa intermediação juntamente com os psicólogos.	Promover um grupo interdisciplinar na biblioteca (professores, gestores, psicólogos, pais e assistente social) para estudo e compreensão das práticas a serem utilizadas em benefícios desses discentes com autismo.
Decreto nº 7.611/2011	Propiciar um sistema educacional inclusivo, com base na igualdade de oportunidades e sem discriminação.	Aquisição de equipamentos eletromecânicos; Sinalização Sonora; Rampa de acesso com corrimão.
Decreto nº 5.626/2005	Curso de extensão sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras para servidores e alunos de forma a propiciar a inclusão.	Promover cursos de Libras para servidores da Biblioteca.
Decreto nº 5.296/2004	Promover a conscientização por meio mídias digitais, portal do instituto, palestras e etc. A respeito do atendimento prioritário que compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art.5 do decreto.	Destacar nos serviços da biblioteca atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Lei nº 10.436/2002	Oportunizar a comunidade escolar conhecer os atuais fundamentos da educação inclusiva, sua legislação e discutir textos sobre a educação e direitos dos surdos; Informar e divulgar sobre serviços de atendimento aos surdos: a Língua Brasileira de Sinais (Libras), recursos didático-pedagógicos, cursos de Libras para	Promover na Biblioteca ação cultural com abordagem sobre a educação inclusiva e sobre os direitos dos surdos; Colocar no plano de marketing da unidade de informação a divulgação dos serviços de atendimento aos surdos e de todo o processo de acessibilidade desenvolvido pelo instituto.

	ouvintes e formação de instrutores; além de bibliografias, filmes, literatura e outros.	
Lei nº 10.098/2000	Rampa ou fácil acesso	Rampas acessíveis, inclusive internamente.
	Elevador destinado às pessoas com necessidades especiais.	Aquisição de software de acessibilidade; Disponibilização de software leitor de tela para uso dos alunos; Materiais acessíveis em braille e em áudio; Adaptação de material para atendimento aos cegos e pessoas com baixa visão, digitalizados e em Braille;

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Considerações Finais

Neste trabalho procuramos refletir sobre os espaços que ocupamos e os esforços que podemos empenhar para realização das nossas metas e, conseqüentemente, as contribuições que podemos deixar para o PDI/IFPB (2020-2024).

Concluída a apresentação e análise dos dados, a pesquisa possibilitou a confirmação da hipótese de que o IFPB ainda está em processo de adequação para receber alunos com deficiência. A apresentação e discussão dos Quadros 1 e 2 possibilitou atingirmos os objetivos propostos, e deixarmos como resultado (Quadro 3), sugestões de novas ações de inclusão e acessibilidade para comunidade em geral e bibliotecas (unidades de informação) do IFPB, para que o Instituto possa percorrer de forma mais embasada o caminho à democratização, dando uma maior importância ao processo de inclusão e acessibilidade.

São muitas as barreiras que ainda nos deparamos cotidianamente. A todos cabe o imprescindível exercício da empatia, e ao Bibliotecário, profissional que tem o “poder” da informação, cabe ainda o de fazer a diferença na defesa por uma educação inclusiva.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Brasília, 2011. Disponível em: Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005.** Regulamenta a lei no 10.436, de 24 de Abril de 2002. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de abril de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 31 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf> Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 25 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior (CENSUP)**: [Dados do IFPB 2017]. Brasília: INEP/MEC, 2017.

BRASIL. Presidência da Republica. Secretaria de Direitos Humanos. **Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência**. 4.ed. Brasília: SDH, SNPDPD, 2012. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoascomdeficiencia.pdf. Acesso em 31 mar. 2019.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019**. João Pessoa: IFPB, 2015. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/praf/assuntos/documentos-praf/area6/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2015-2019.pdf> Acesso em 31 mar.2019

IFPB. **Resolução nº 139, de 02 de Outubro de 2015**. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFPB.

IFPB. **Resolução nº 240, de 17 de Dezembro de 2015**. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do IFPB.

IFPB. **Resolução nº 245, de 17 de Dezembro de 2015**. Dispõe sobre a constituição da Comissão responsável por proceder à verificação da correta aplicação do Plano de acessibilidade, no âmbito do IFPB.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica** [...]. Catalão/GO: UFG, 2011. Disponível em: https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.